

----- CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE INICIADA NO DIA TRINTA DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS -----

----- ATA NÚMERO SETE -----

----- (Mandato 2025-2029) -----

----- Aos catorze dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis reuniu, no Auditório sito na Rua Conde de Arnoso número cinco-B, Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente, José Luis de Rezende Moreira da Silva, coadjuvado por Teresa Alexandra de Campos Aguiar Gameiro, Primeira Secretária, e por Maria Regina da Costa Moreira Lagoá de Araújo Santos, Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – Gustavo Monteiro Ambrósio Formiga de Gouveia, Paula Cristina Ribeiro Félix Borges, Filipe Manuel Espinha Soares da Silva e Maria da Graça Brandão Rosária. -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Joaquim Miguel Calado Cortes de Meirelles, Maria Tereza Tavares de Almeida Moreira da Cruz Borges de Assunção, Fernando Jorge da Costa Rua e Carlos Frederico Cipriano da Silva Gonçalves. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Carlos Roque do Rosário Rêgo. -----

----- **Da Iniciativa Liberal – (IL)** – Maria João de Vasconcelos Machado da Fonseca e Hugo João Roque Âgelo. -----

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – Frederico Jorge de Passos e Castro Fernandes Lira e Sérgio Machado Morais de Oliveira. -----

----- **Do Partido Livre (Livre)** - Francisco Azevedo Mendes Pereira da Costa. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Laura Maria Rodrigues Lopes Buddie. -----

----- **Do Partido “Pessoas-Animais-Natureza” (PAN)** – Amândio Albertino Ferreira de Pinho Figueiredo. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Ana Raquel da Silva Vidreiro Nogueira Pelicano, que justificou a sua ausência e foi substituída por Carlos Gonçalves. -----

----- Bernardo Lebre Caboz Gonçalves, que justificou a sua ausência e foi substituído por Maria da Graça Rosária. -----

----- Ricardo de Carvalho Varela, que justificou a sua ausência e foi substituído por Sérgio de Oliveira. -----

----- Às vinte e uma horas, constatada a existência de *quórum*, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião, continuando a Ordem do Dia. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (continuação)** -----

----- **Ponto 2 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 163/2026, relativa à ratificação da celebração do contrato de delegação de competências a celebrar entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alvalade, no âmbito do Fundo de Emergência Social e de Recuperação Lisboa – vertente de apoio a agregados familiares;** -----

----- O Senhor Presidente deu a palavra ao Presidente da Junta. -----

----- O Senhor Presidente da Junta disse que, como sabiam, no final de cada mandato os contratos de delegação de competências terminavam. Portanto, o Fundo de Emergência Social terminou em outubro do ano passado. Nesse interregno entre outubro e a assinatura desse contrato de delegação de competências usaram o Fundo de Emergência Social da Freguesia de Alvalade. Contudo, esse contrato de delegação de competências foi permitir retroativos a outubro de 2025. -----

----- Ainda tinham verba disponível de 15 mil euros que não utilizaram por essa via, porque o contrato de delegação de competências tinha caducado, mas nesse sentido a Câmara Municipal de Lisboa, apesar de ter demorado algum tempo a renovar esse contrato de delegação de competências para o Fundo de Emergência Social, em virtude de ter alterado alguns critérios de distribuição do bolo geral que a Câmara atribuía a todas as 24 Freguesias no âmbito desse protocolo, grosso modo, recebiam por ano à volta de 120 mil euros e a Junta de Freguesia de Alvalade, em virtude dos novos critérios que passaram a incluir não só o status social e o enquadramento social da Freguesia, mas também o número de habitantes e, portanto, tiveram ali um ligeiro incremento em relação aos FES que estava em vigor na Freguesia e agora iriam receber à volta de 150 mil euros. -----

----- Só para dar nota que esses programas já iam desde 2018 e foram sendo renovados ao longo dos anos. Era importante dizer que isso era um apoio financeiro na área dos direitos sociais e que não podia ser acumulado com quaisquer outros apoios recebidos do Município de Lisboa ou de outras entidades públicas. -----

----- Também referir que esse era um apoio no âmbito do Fundo de Emergência Social apoio excepcional e temporário, que tinha um valor máximo por agregado familiar de 2.000 euros e que podia chegar aos 3.500 euros se esse agregado familiar tivesse outros critérios como, por exemplo, a incapacidade temporária ou definitiva igual ou superior a 60% ou uma carência económica, cuja carência económica fosse de conhecimento oficioso da Freguesia ou que tivesse outros critérios também relacionados com idosos ou menores. -----

----- Entre novembro de 2025 e dezembro de 2026 iam receber cerca de 150 mil euros. Já tinham na posse cerca de 15 mil euros do FES anterior que não utilizaram em virtude de não saberem se esse protocolo ou esse contrato de delegação de competências iria ser renovado. Era um instrumento fundamental na ação social de proximidade das Juntas de Freguesia em nome do Município de Lisboa. -----

----- Para além desse programa, a Junta de Freguesia também tinha o seu próprio Fundo de Emergência Social, que cobria outras despesas e também um novo regulamento de pequenas reparações, que era muito importante para as pessoas que necessitavam desse apoio, que tinham carência económica para realizar pequenas intervenções nas suas habitações. -----

----- As despesas elegíveis nesse FES, para quem não conhecia o programa fazia essa explicação, tinha como despesas elegíveis a renda de casa, a prestação da aquisição de habitação, o custo da água, da eletricidade ou do gás, o custo de telecomunicações com limite de 30 euros por mês, a aquisição ou comparticipação de medicamentos e meios complementares de diagnóstico, entre outras despesas de saúde, encargos com educação de filhos menores dependentes do requerente, aquisição e reparação de bens ou serviços essenciais, bem como a utilização regular dos transportes públicos, géneros alimentares básicos e refeições de emergência. -----

----- Portanto, era um programa bastante importante para a equipa de ação social dar resposta às situações que, infelizmente, aconteciam e eram transversais à Cidade de Lisboa. Tinham a sorte de não haver tanto a emergência como noutras Freguesias, mas tinham pessoas que precisavam de ajuda e esse instrumento era fundamental para dar essa resposta. -----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Membro Frederico Lira. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que havia só dois ou três pontos que queriam realçar sobre isso. Realmente, era relevante o aumento que foi agora estabelecido no valor máximo que podia ser utilizado, 150 mil euros. Foi dito que tinha sobrado algum dinheiro, continuavam a achar e tinha-se visto ao longo dos anos, a

execução financeira não era total. Podia ser bom, podia ser que não existissem necessidades. mas pelo que tinham observado achavam que não, que existia realmente mais necessidades e que tinha que ser feito um esforço mais proativo. Era nesse ponto que tinham focado já várias vezes e continuariam a fazê-lo. -----

----- Era bom ter mais valor para executar, mas era preciso conseguir executá-lo e para conseguir executar, havendo essa necessidade, era preciso procurar e perceber, ver. A pobreza, como sabiam, era tímida e os pobres geralmente eram aqueles que tinham menos conhecimento dos seus direitos, ou as pessoas que necessitavam. Por isso que era preciso ser mais proativo. -----

----- Do que parecia, também ao nível da Comissão Social de Freguesia não havia um papel tão forte ou tão abrangente como poderia ter nesse sentido e, portanto, achavam que deveria haver uma solução também através da Comissão Social de Freguesia, mais reforçada, mas também um contacto direto da Junta de Freguesia. -----

----- Também perguntar e tentar perceber se quando da discussão disso, se houve por parte da Junta de Freguesia, do Executivo, alguma proposta a ser feita à Câmara de maneira a tentar que esse FES pudesse adequar e aproximar mais ao que era necessário. Portanto, que as propostas que eram feitas no FES da Câmara Municipal pudessem aproximar o mesmo do FES da Freguesia e passando a executar-se verbas decorrentes dessa delegação, em vez de ter que recorrer por vezes a verbas próprias. -----

----- Portanto, se houve aí alguma intervenção da Junta e do Executivo nesse sentido, porque um aumento da verba, sabendo à partida, como tinha sido nos últimos anos, se continuasse a não ser executado era um pouco propaganda política, como foi feito no fundo ao nível da Câmara, pelo Presidente da Câmara Moedas. Portanto, achavam que não se devia criar uma ilusão com esse aumento do valor, mas sim procurar-se realmente quem precisava. Havia muita gente sempre a queixar-se e, claramente, parecia que existiriam mais pessoas em situação de poderem beneficiar desse apoio. ----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Membro Francisco Costa. -----

----- **Membro Francisco Costa (Livre)** disse que na sequência das perguntas do Frederico, queria também perceber, na explicação que agradecia na apresentação da proposta do Senhor Presidente da Junta foi dito que tinha ficado uma verba por executar. A questão era se estavam a identificar todas as pessoas com necessidades e também, tendo havido esse delay no pagamento da Câmara, se mesmo havendo verba, por uma questão de cautela na gestão, se ficara alguma candidatura por aceitar. Era essa a pergunta. -----

----- Também saber a posição da Junta sobre esse *modus operandi* de a Câmara pagar tarde e a más horas um apoio social que era essencial para algumas pessoas. Portanto, se podiam dizer alguma coisa sobre a relação que a Junta estabeleceu com o pelouro quanto ao pagamento atempado desse apoio. -----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Presidente da Junta. -----

----- O **Senhor Presidente da Junta** disse que a Comissão Social de Freguesia funcionava muito bem, em articulação entre os serviços da Junta e as várias entidades que trabalhavam na Freguesia. Para além da Comissão Social de Freguesia existia o Projeto Radar, onde havia um trabalho incansável liderado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e na qual a Junta de Freguesia também tinha um papel liderante, com outras entidades, nomeadamente a Polícia Municipal, a PSP, a Unidade Local de Saúde de Santa Maria e o Regimento de Sapadores Bombeiros e a Gebalis, em que esse trabalho de proximidade era feito de forma bastante regular. -----

----- Tinha 2.745 pessoas identificadas, pessoas acima dos 65 anos ou com incapacidade acima dos 60% e que tinham necessidades de várias montas, não só de carência económica, como questões de insalubridade, como questões de saúde mental e,

portanto, esse trabalho tinha sido realizado em bastante proximidade com as equipas de ação social e com todos esses parceiros.-----

----- Tentavam chegar a mais pessoas, não sabia se já tiveram oportunidade de ver, quando saíssem tinham oportunidade de recolher um flyer, todos os apoios sociais que a Junta de Freguesia tinha aos cidadãos. Portanto, iam tentando passar essa mensagem ao máximo para quem necessitava ter essa informação, fosse no âmbito do FER Recuperar Lisboa, que estavam ali a discutir, fosse no Fundo de Emergência Social da Junta de Freguesia, fosse nas pequenas reparações, fosse em outros programas de assistência, não só económica, mas de aconselhamento também jurídico a pessoas que tinham essa necessidade.-----

----- A Junta tinha vindo a dar essa resposta também na área do emprego, ajudar jovens que necessitassem de fazer currículos para o seu primeiro emprego. Ainda agora iriam fazer esse trabalho junto do Bairro Fonsecas e Calçada, ainda esse mês, numa proposta no âmbito do grupo comunitário e que achavam relevante, iam fazer esse trabalho junto daquela comunidade. -----

----- Todas as candidaturas que chegavam eram naturalmente avaliadas. Diria que mais de 90% eram aprovadas, infelizmente, porque era um sinal que as pessoas precisavam e que tinham essa condição para receber os apoios, mas também havia alguns indiferimentos porque não cumpriam os critérios estabelecidos. -----

----- Essa verba por executar de cerca de 15 mil euros, não executaram em virtude do contrato de delegação de competências não estar em vigor e para não estarem em incumprimento, porque se não existia um contrato não podiam utilizar o dinheiro que não era da Junta, mas ninguém ficou para trás porque não foi através do FES da Câmara Municipal, foi através do Fundo de Emergência Social da Junta de Freguesia e, portanto, esse apoio foi dado à custa do próprio Orçamento da Junta de Freguesia.-----

----- Portanto, comunicação estava feita, a Comissão Social de Freguesia funcionava em conjunto com o Projeto Radar. A verba por executar já explicara, não ficou nenhuma candidatura por responder, nem todas foram aprovadas porque havia regras para cumprir.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 163/2026, relativa à ratificação da celebração do contrato de delegação de competências a celebrar entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alvalade, no âmbito do Fundo de Emergência Social e de Recuperação Lisboa – vertente de apoio a agregados familiares**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** referente à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 3 - Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 164/2026, relativa à ratificação do contrato de delegação de competências celebrado com o Município de Lisboa;** -----

----- O Senhor Presidente deu a palavra ao Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que isso tinha a ver com o contrato de delegação de competências na área da higiene urbana, relativamente à recolha do lixo à volta das ecoilhas. Mais uma vez, respondendo agora ao Senhor Eleito Francisco relativamente ao atraso do Município de Lisboa na celebração dos contratos de delegação de competências, sim, já deviam estar realizados, já deviam ter sido feitos no início do ano. A mesma história que já conheciam e que já repetira ali várias vezes. -----

----- Esse contrato de delegação de competências e o do ponto seguinte eram relativamente aos primeiros seis meses do ano. Portanto, todas as Juntas de Freguesia, cada uma delas recebia 100 mil euros ao ano para a recolha dos resíduos depositados à

volta das ecoilhas e, como podiam ver, esse contrato de delegação de competências tinha um valor de 50 mil euros, que era referente ao primeiro semestre. -----

----- Já deviam ter assinado os do segundo semestre, ainda não chegaram, mas não deixaram de prestar esse serviço. De qualquer maneira, era isso que podia dizer, era um contrato de 50 mil euros que permitia continuarem a recolher de forma eficiente. As equipas que estavam adstritas a isso também faziam outras coisas para haver economias de escala, mas teriam que continuar a realizar esse serviço. -----

----- Dependendo dos ecopontos, a equipa passava três a quatro vezes por dia. A maioria das vezes era por falta de civismo também das pessoas que passavam na Freguesia ou que viviam ali que o lixo ficava depositado à volta das ecoilhas, mas também muitas vezes, verdade fosse dita, as ecoilhas estavam avariadas ou estavam cheias porque não houve recolha atempada do Município de Lisboa. -----

----- Era um trabalho essencial que estava a ser revisto pela nova vereação que tinha o pelouro da higiene urbana, se iria ou não manter nas Juntas de Freguesia. Era expectável que não fosse mantido esse trabalho nas Juntas de Freguesia, apesar de achar que era inevitável que a Freguesia continuasse a ir à dobra no Município do Lisboa na limpeza desses locais. Portanto, tentariam encontrar uma solução equilibrada para ambas as partes, mas sobretudo para prestar o melhor serviço aos fregueses e aos munícipes de Lisboa. -----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Membro Frederico Lira. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que conheciam a posição da CDU há bastante tempo. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia tocou num ponto crucial de 100 mil, 50 mil euros, os 50 mil euros que eram só entre janeiro e junho desse ano. Já estavam em julho, obviamente atrasadíssimos, como de costume, onerando a Junta de Freguesia e o seu Orçamento sem necessidade e, claro, tentando retificar-se depois tudo à posteriori. -----

----- Realmente, tocou também no assunto de passar ou não esses serviços para a Câmara e foi isso que a Vereadora tinha dito já há uns tempos, ainda antes, quando estava na candidatura. Posteriormente também, dizendo que existia necessidade da direção municipal de higiene urbana preparar de forma adequada a reassunção de competências que nos últimos anos se encontravam a cargo das Juntas de Freguesia em aspetos essenciais, como a composição das suas equipas operacionais, a capacidade e a organização das instalações para os trabalhadores ou o número e tipologia de viaturas da frota municipal afetas a esses serviços. -----

----- A pergunta ia nesse sentido, como estava esse projeto. Pelo que já dissera, não tinham mais notícias, ou pelo menos ainda não foi feito mais nenhum anúncio ou transmitida informação mais concreta. Portanto, deixaria por ali, mas realmente era um ponto que continuava a ser bastante importante. Realmente, continuava a falta de civismo, mas continuava a haver muito lixo na rua. Era preciso continuar a reforçar essa limpeza. -----

----- Os pagamentos devidos em atraso não ajudavam também nessa gestão, ou poderiam não ajudar, não seria o caso. Portanto, achando que deveria haver uma ação mais coordenada, iriam votar contra essa proposta. -----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Membro Francisco Costa. -----

----- **Membro Francisco Costa (Livre)** disse que tinha uma questão quanto ao valor. Ele era igual ao do semestre passado, segundo lhe pareceu, e com o aumento do custo da energia e tudo o resto, se a Junta não estaria efetivamente a perder dinheiro face ao aumento da inflação e do custo dos combustíveis. -----

----- Depois tinha uma questão mais de pormenor, mas achava que podia falar também na informação escrita, porque a propósito da discussão que tiveram no Bairro da Boa

Esperança foram moradores falar consigo com queixas sobre, exatamente, o ecoponto e o lixo que se acumulava à volta do ecoponto, provavelmente por falta de circuitos da Câmara para a recolha do lixo, mas ele voava para aquele descampado e acumulava muito lixo fora do ecoponto. Portanto, perguntar duas coisas: Se a Junta tinha sinalizado como uma zona que precisava de reforço de limpeza à volta dos ecopontos, ao abrigo desse contrato de delegação de competências, e se não seria de uma zona a introduzir uma ecoilha enterrada, exatamente porque permitia o depósito de maior quantidade de lixo e, portanto, potencialmente reduziria a acumulação de lixo fora do ecoponto, sendo sensorizado ainda mais porque a Câmara passava a ter noção se estava cheio ou vazio e se era preciso lá mandar um camião ou não. Eram essas as questões. -----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Presidente da Junta. -----

----- O **Senhor Presidente da Junta** disse que, obviamente, se o valor não era atualizado ou o valor inicial era muito elevado, ou agora estavam a perder dinheiro e, efetivamente, isso era uma questão de matemática. Com o custo da inflação, com o custo dos combustíveis e o custo do aumento do salário mínimo e dos funcionários públicos, era óbvio que alguém ali estava a perder dinheiro, ou no início ou agora a Junta nessa fase. -----

----- Quanto ao tema dos ecopontos, esse contrato de delegação de competências era para as ecoilhas, não era para os ecopontos, como se referenciou no Bairro da Boa Esperança. Achava que esse sistema não funcionava e não sabia qual era o sistema que ia funcionar, mas tal como estava instalado não funcionava, muitas vezes avariado. As pessoas não tinham o hábito de fazer aquilo que tinham de fazer antes de colocar os resíduos dentro dos vários ecopontos e, portanto, não sabia se iria ser isso, colocar um ecoponto enterrado ou uma ecoilha enterrada no Bairro da Boa Esperança que iria resolver essa situação, porque muitas vezes os contentores estavam vazios, as pessoas colocavam na mesma lixo no chão e com o vento espalhava-se. -----

----- Não havia nada a fazer, por muito boa vontade que as equipas na Junta de Freguesia tivessem de andar no terreno, ainda por cima perto do aeroporto, sabiam que era muito ventoso, não havia grande trabalho a fazer. Se todos colaborassem, se os fregueses também assim o fizessem, ficava mais fácil para as equipas de limpeza no seu dia-a-dia. Não conseguiam chegar a todo o lado à mesma altura e reconhecia que eles faziam um esforço bastante grande, mas alguma coisa ia ficar sempre por fazer porque era impossível estar em todo o lado à mesma hora. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 164/2026, relativo à ratificação do contrato de delegação de competências celebrado com o Município de Lisboa**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 15 votos a favor (PSD, PS, CDS-PP, IL e PAN), 2 votos contra (CDU) e 2 abstenções (Livre e BE) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** referente à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 4 - Apreciação, discussão e votação da proposta número 165/2026, relativa à ratificação do contrato interadministrativo de cooperação celebrado com o Município de Lisboa;** -----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Presidente da Junta. -----

----- O **Senhor Presidente da Junta** disse que esse contrato de delegação de competências também na área da higiene urbana era conhecido como contrato de delegação de competências da taxa turística. Esse contrato foi atualizado há cerca de dois anos. A Junta de Freguesia de Alvalade recebia à volta de 166 mil euros, passaram a receber à volta de 252 mil euros ao ano. Mais uma vez, esse contrato era por seis meses, já ia tarde e a más horas, mas já receberam o valor na ordem dos 126.766 euros.

----- Era um contrato importante para poderem reforçar as equipas e foi por essa razão que conseguiram ir ao encontro tanto da CDU como do PS no aumento do quadro de pessoal também. Essa verba naturalmente ajudava aquilo que pudessem fazer.-----

----- Era expectável que em virtude do incremento das receitas da Câmara Municipal, em virtude da passagem da taxa de dois para quatro euros, que essa verba pudesse ainda ser mais reforçada, mas não foi até à data e estavam a lutar por isso porque era um dos compromissos na altura com as Juntas de Freguesia e isso era público.-----

----- Podia dizer que iriam verificar até quando chegava esse incremento da taxa turística para no final do ano fazer o acerto dessa taxa turística e dessa verba. Ainda não foi possível fazê-lo, naturalmente estavam atentos nas reuniões de coordenação entre Presidentes de Junta era um dos temas que ia à baila e estavam representados os partidos, PSD, CDS, IL, PS e CDU. -----

----- Estavam a trabalhar nesse ponto, mas era um contrato importante para poderem reforçar não só a equipa, como poder ir mantendo o investimento regular em equipamentos na higiene urbana. -----

----- **O Senhor Presidente** deu a palavra ao Membro Frederico Lira. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que a primeira questão era em relação aos valores a serem determinados para serem transferidos, que estavam assentes num estudo realizado e do que era dado a entender por uma empresa de consultoria, ao contrário do que era referido na proposta, que dizia serem os serviços municipais. Isso era só um esclarecimento que pedia. Pelo menos do conhecimento, teria sido uma empresa externa aos serviços. Desse estudo decorria um aumento do valor para as Juntas, havia uma nova fórmula de cálculo que assumia mais elementos ou outros elementos de ponderação e quantificação dos serviços de varredura, lavagem, das papeleiras, etc. -----

----- No entender da CDU esse estudo apresentava algumas fragilidades, apresentando as fórmulas de cálculo a verdade era que depois ficavam sem saber qual a aplicação realmente à Freguesia. Apenas tinham um valor final e era bom poder ver descricionado. Obviamente que essa pergunta não seria ali para o Executivo, seria ao nível da Câmara e já foi levantado também aí, mas obviamente levantava ali também para que pudesse haver essa preocupação de tentar esclarecer isso.-----

----- Achavam claro que os estudos continuavam a ter alguma arbitrariedade e que não apresentavam uma resposta ao problema de fundo. Também era conhecida a posição da CDU, eram contra a opção de dividir os serviços de higiene urbana em 25 partes em Lisboa. Perdia-se escala, perdia-se capacidade para uma resposta mais célere e integrada. Achavam que era necessária essa resposta ser à escala global da cidade, era preciso ter capacidade para intervir urgentemente de acordo com necessidades que eram diferenciadas e que iam sendo alteradas conforme o tempo até relacionado com eventos e com outras situações que pudessem surgir. -----

----- Portanto, garantir que a higiene urbana na cidade funcionava de uma forma integrada, o que não achavam que acontecesse com esse sistema atual e tinham vindo a votar contra e iriam também continuar a votar contra nesse sentido. Contudo, tinham algumas questões que se levantaram mais recentemente, que era perceber o que ia mudar ou não, o que o Executivo sabia daquilo que pudesse vir a mudar. Era indicado que a Câmara Municipal estaria a adquirir viaturas para assumir a limpeza em volta dos ecopontos, também já se falou, que implicações isso iria ter para esses contratos, para a participação dos serviços da Junta na higiene urbana ao nível da cidade. Sabiam que a Câmara Municipal tinha vindo a intervir mais ao nível do espaço público, recorrendo a varredura, etc., que era uma competência que também incidia nas Juntas, saber se era para continuar, quais as implicações que tinham daí, se veriam daí uma redução das transferências de verbas, como isso se poderia processar. -----

----- Houve também uma situação, parecia-lhe a si pessoalmente mais caricata, que era a intervenção do Diretor-Geral da Associação de Turismo de Lisboa com declarações um bocado estranhas, a dizer que a ATL poderia assumir, ou deveria assumir algumas dessas competências nessas áreas.-----

----- Não tinha percebido que fossem esclarecidas essas declarações e daí tentarem perceber um pouco o que poderiam saber mais ou não sobre isso, porque realmente era uma questão. Era verdade que ainda havia mais recolha de elementos adicionais, iria haver mais coisas, a dúvida era se com os 25 já achavam que não funcionava bem, com mais uma e ainda por cima que não tinha nenhum conhecimento do assunto técnico, seria muito interessante. Não sabia onde isso estava e, portanto, como estava a falar dos valores do turismo, se esta entidade passasse a fazer parte deste ecossistema de limpeza urbana provavelmente esses valores de turismo seriam transferidos de outra maneira. Portanto, perceber se havia conhecimento de como estava a evoluir essa situação e que implicações poderia ter e que reações a Junta podia já estar a ter.-----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Presidente da Junta. -----

----- O **Senhor Presidente da Junta** disse que sobre esse contrato de delegação de competências, nessa nova ideia do Município de Lisboa retirar a competência da recolha à volta dos ecoilhas, o CDC que iriam perder era o que votaram anteriormente. -----

----- Sobre a entrevista do Senhor Presidente da ATL, era o chefe de gabinete do Senhor Presidente de Câmara a tentar assumir competências do espaço público. Achava que essa resposta estava definida na Lei, não tinha competências para isso. Portanto, isso era uma não questão à Junta de Freguesia de Alvalade. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 165/2026, relativo à ratificação do contrato interadministrativo de cooperação celebrado com o Município de Lisboa**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 15 votos a favor (PSD, PS, CDS-PP, IL e PAN), 2 votos contra (CDU) e 2 abstenções (Livre e BE) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** referente à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Membro Francisco Costa, para uma declaração de voto.-----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Estes contratos foram um expediente encontrado para resolver um problema em que as várias Freguesias se depararam, que era a ausência de meios para cumprir com as competências, com os encargos que lhes foram atirados para cima no processo de reforma administrativa da cidade. Insistir nessa solução, na nossa opinião, é insistir num erro que resulta dessa reforma administrativa.* -----

----- *Foi um erro dividir os serviços da higiene urbana em 25, a Câmara e as 24 Freguesias. Perdeu-se escala, perdeu-se capacidade de dar uma resposta célere, integrada. No nosso ponto de vista é necessário dar essa resposta global à escala da cidade, que tenha capacidade de intervir de forma coerente local em todas as Freguesias, respondendo às necessidades da cidade, adequando o trabalho e os trabalhadores de forma a dar resposta aos vários problemas que vão surgindo e que estes contratos interadministrativos não resolveram.* -----

----- *Continuamos a ter queixas e insatisfação pela falta de limpeza e higiene da cidade, como até aqui já tem sido referido. Na nossa opinião, a solução passa por assegurar que esta, sendo uma área estrutural, a resposta deva ser assegurada pela Câmara Municipal de Lisboa.*”-----

----- Ponto 5 - Apreciação, discussão e votação da proposta nº 166/2026, relativa à aprovação do novo Regulamento de Projeto Oficinas Desportivas para Crianças e Jovens; -----

----- O Senhor Presidente deu a palavra ao Tesoureiro, a pedido do Presidente da Junta.

----- O Senhor Tesoureiro do Executivo disse que essa proposta resultava de uma experiência que tinham vindo a ter ao longo, diria, do acompanhamento desse projeto de há cinco anos a essa parte, quando esse Executivo tomou posse no seu primeiro momento. O Programa Oficinas Desportivas era uma oferta boa que encontraram na oferta para os munícipes e para os fregueses nessa Junta. -----

----- Estavam a falar de um projeto que acompanhava o ano letivo e durante o acompanhamento, ao longo dos anos, naturalmente foram detetando algumas melhorias que consideravam importantes realizar, que tinham vindo a realizar, umas passíveis de ser necessário ir à Assembleia de Freguesia, outras nem por isso, que tinham vindo a melhorar gradualmente. -----

----- Dar nota que algumas melhorias que consideravam mais importantes não eram ali visíveis, nomeadamente em termos operacionais. Atualmente tinham uma oferta no Projeto Oficinas Desportivas de cerca de onze modalidades desportivas, as crianças e jovens que frequentavam esse programa podiam escolher, optar pela prática de uma ou mais modalidades em cerca de onze modalidades diferentes, desde modalidades de pavilhão a modalidades de sala e a modalidades exteriores.-----

----- Conseguiram ter uma organização na área do desporto de acompanhamento a esse projeto que lhes permitia gerir, por exemplo e muito bem, as listas de espera. Conseguiram ter uma organização que permitia trabalhar as ausências das crianças que frequentavam esse projeto e poder, quando essas ausências se repetiam com alguma regularidade, substituir por outras crianças que estavam em lista de espera. Conseguiram assim alargar o espectro e a extensão a mais crianças para participarem nesse projeto. -----

----- Foram aprimorando internamente a organização da equipa do desporto que acompanhava o Projeto Oficinas Desportivas e conseguiam assim também promover uma maior aproximação aos restantes projetos desenvolvidos na Junta. -----

----- Dar nota também que nesse trabalho, nessa proposta número 166 que apresentavam, existia uma preocupação de alguma forma fazer esse enquadramento com o Alvalade em Férias Crianças e Jovens, que estava agora a decorrer nos meses de férias, nas seis semanas, nas quatro semanas de julho e nas duas primeiras de agosto, porque consideravam que era importante encontrar em termos de organização do projeto e de regulamento do próprio projeto algumas semelhanças.-----

----- Por essa razão tinham que apresentar essa proposta número 166 para a avaliação da Assembleia. Propunham a criação de uma comparticipação anual de cinco euros por modalidade no ato de inscrição, que se tratava de um valor que consideravam simbólico e que visava reforçar o compromisso e a responsabilização associados ao ato de inscrição e à frequência regular das atividades. -----

----- A principal fragilidade que tinham vindo a sentir ao longo desses anos e que os fez tomar essa decisão foi o grande número de ausências, o grande número de abstenções que havia na prática ou no exercício das aulas. Portanto, o número de inscritos era sempre muito superior ao número de crianças presentes nas aulas e sentiam que isso prejudicava naturalmente aquelas crianças que ficavam em lista de espera. Consideraram que fazia sentido essa introdução que visava reforçar esse compromisso e a responsabilização associados ao ato de inscrição e à frequência regular das atividades, prevenindo situação de ocupação de vagas por crianças e jovens que, apesar de

inscritos, não participavam de forma efetiva em prejuízo de outros interessados, abrangendo assim mais agregados familiares. -----

----- Acrescia que o valor proposto possuía natureza simbólica e constituía uma medida equilibrada e proporcional destinada a incentivar uma adesão efetiva e responsável às modalidades disponibilizadas a número de onze, contribuindo assim para uma melhor gestão dos recursos humanos, financeiros e logísticos envolvidos na execução do projeto, sem colocar em causa o princípio da gratuidade para os fregueses e demais beneficiários previstos no regulamento. -----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Membro Sérgio de Oliveira. -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que uma questão que tiveram ao ler essa proposta foi até dito que não houve um único comentário na discussão pública. Portanto, gostavam de saber como essa publicitação foi feita, se esteve nas redes, se foi enviado aos atuais participantes, etc., porque era um pouco inusitado ninguém, se diziam que foi certamente ninguém respondeu, mas gostavam de saber como foi essa divulgação, porque achavam um pouco estranho ninguém se ter pronunciado. -----

----- Portanto, essa proposta justificava o fim da gratuidade, o objetivo de reforçar o compromisso e a responsabilização, como disse ali o Senhor Vogal Tesoureiro, mas naturalmente podia haver outras alternativas que não começar a cobrar, como fossem as que estavam no regulamento. Ao fim de três faltas deixavam ter vaga, ou até mesmo no limite uma caução em que no fim era devolvida para quem aparecia. -----

----- Ali o ponto fulcral era o conceito da gratuidade e o que estava ali era o fim da gratuidade, naturalmente não era a mesma coisa uma atividade ser gratuita ou não ser gratuita. Havia ali um conceito e a visão também do que era uma Junta e dos serviços que a Junta fazia com o dinheiro, que também era de todos e que todos pagavam e a Junta devia ter serviços gratuitos. Esse programa sempre foi criado como gratuito, porque tinha o objetivo de garantir e promover o desporto para todos, independente da sua condição social e usando o desporto como forma de inclusão, consolidar até a identidade da comunidade. Portanto, determinar a gratuidade era dar um passo atrás e era descaraterizar esse projeto das oficinas. -----

----- Dava-se o caso que o Senhor Presidente da Junta respondia na revista a umas perguntas da Assembleia das Crianças, para quando a organização de campeonatos desportivos nas mais diversas modalidades. O Senhor Presidente às tantas respondia: “É positiva, vamos continuar a implementá-la. Em Alvalade, a Junta de Freguesia continua a apostar no desporto, nomeadamente através das oficinas desportivas, um projeto gratuito que assegura a continuidade da prática desportiva para além do horário escolar, dirigido a crianças e jovens dos 6 aos 17 anos, residentes ou a estudarem em Lisboa.” --

----- Esse programa, segundo a Sábado, incluía modalidades como o basquetebol, andebol, atletismo, ioga, judo, patinagem, skate, xadrez, ténis de mesa. Era gratuito nessa altura e o Senhor Presidente fazia gala nisso e bem, ou fazia bem, porque passado pouco tempo ia mudar isso e descaraterizar essas oficinas que, para quem não sabia, foram iniciadas quando a CDU estava no Executivo da Junta há bastantes anos, que esse Executivo e o anterior continuaram e que também sempre valorizaram isso, mas naturalmente estavam contra o término dessa gratuitidade. -----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Membro Francisco Costa. -----

----- **Membro Francisco Costa (Livre)** disse que, citando a mesma entrevista, a grande notícia da entrevista era a alteração de posição dessa Junta face à ciclovía da Avenida de Roma, que era de saudar e ali estavam para saudar essa decisão de evoluir na posição. A pergunta era boa e a resposta também. Ficara contente com a resposta e, portanto, saudavam a evolução da posição, o compromisso com a melhoria da mobilidade ciclável na Avenida de Roma e com isso intuía uma ciclovía. -----

----- Quanto a essa proposta, na verdade ia comentar as duas por economia de tempo e também porque, no fundo, elas eram comparáveis. Iria já comentar os dois pontos seguintes. Uma dizia respeito ao desporto para crianças, outra para os adultos e séniores, pela primeira vez e isso era de saudar. Ou seja, na promoção do desporto estavam absolutamente de acordo. Esse alargamento era positivo, da promoção do envelhecimento ativo, da saúde das pessoas através do desporto e, portanto, estavam de acordo com a proposta dos mais de 55. Achavam era que havia ali uma incoerência, porque para os adultos ele seria gratuito, mas para as crianças deixava de ser.-----

----- Portanto, queria perguntar pelas métricas, ou seja, quais eram os dados do absentismo nessas atividades, se isso era mesmo um problema e se aquilo que o regulamento já previa não era inibidor o suficiente, que outras medidas além de impor uma barreira de preço iriam ter. Era importante saber essas métricas agora, para perceber daí a um ano, quando essa proposta voltasse, se ela teve efeito ou não, se o facto de porem uma inscrição fazia baixar o absentismo ou não.-----

----- Depois, preocupava a barreira de preço, porque havia pais que não teriam cinco euros para dar e os filhos praticarem desporto. Que outras medidas de apoio para que crianças que os pais, por infortúnio, não podiam ter cinco euros para dar e elas praticarem desporto, que apoios estavam previstos para fazer nesses casos em que isso podia ser uma barreira? Achavam que provavelmente era preciso, antes de introduzir a barreira do preço, explorar outras maneiras de combater o absentismo nessas atividades, que eram de saudar.-----

----- Havia uma questão em que isso era omissa, não sabia se estava incluído ou não nessas atividades o desporto para pessoas com deficiência. Se algumas dessas aulas seriam inclusivas ou não e de que forma, era uma pergunta que deixava.-----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Tesoureiro. -----

----- O **Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que ia só responder aos temas das oficinas desportivas e deixava as respostas ao Francisco sobre o 18+. -----

----- Começava pela questão da audição de interessados e efetivamente, de acordo com o número 1 do artigo 98º, determinou-se o início do procedimento atendente à implementação do novo regulamento do projeto oficinas desportivas para crianças e jovens, cujo aviso de início do procedimento foi devidamente publicitado no site da Junta e decorrido o prazo para a constituição de interessados. -----

----- Ninguém se constituiu como tal ou apresentou contributos para a elaboração do correspondente regulamento, pelo que não se mostrou necessário submeter o projeto de regulamento à audiência dos interessados em conformidade com o número 1 do artigo 100º.-----

----- A segunda resposta e observação que gostava de fazer ao Sérgio era que se havia coisa que esse Executivo tinha orgulho e consideravam que era para isso que ali estavam, a desempenhar o melhor papel possível, era que efetivamente encontraram esse projeto quando entraram na Junta, o projeto que era do pelouro do desporto nos Executivos anteriores e que era encabeçado pela CDU. À semelhança de outros projetos que encontraram na Junta, consideraram que essa oferta aos fregueses era fantástica e, como pessoas responsáveis que eram, só fazia sentido manter.-----

----- Mantiveram, mas sentiram que havia algum desejo de melhoria e desde logo houve uma coisa, havia um ponto no regulamento que não fazia sentido e que alteraram e levaram a essa Assembleia num momento anterior, que sendo um projeto da Junta de Freguesia de Alvalade era aberto a todos os municípios do Concelho de Lisboa, o que não fazia sentido. Consideravam que estavam em prioridade a servir o território da Freguesia de Alvalade e que deviam trabalhar em prioridade, não queria dizer que fosse exclusivo, mas em prioridade para os fregueses. Até porque a seguir, entre aspas, à

fronteira com outras Juntas que delimitavam o território, existiam outras Juntas de Freguesia em que esses projetos e outros eram muito semelhantes e transversais às Juntas de Freguesia. Portanto, consideravam que o Orçamento da Junta de Freguesia devia apontar para o benefício dos fregueses e fizeram essa alteração como uma melhoria.-----

----- Depois foram melhorando a componente operacional, que lhes pareceu importante, mas mesmo estando a fazer um acompanhamento ao dia consideravam que era importante, sentiam isso por parte dos pais das crianças que escreviam e era a experiência depois de cinco anos, consideravam que era importante haver ali no ato de inscrição uma maior responsabilização. -----

----- Compreendia quando tinha um custo adicional, mesmo que de cinco euros para um ano inteiro, mas perguntava a cada um que tinha famílias que inscrições, que aulas, que atividades podiam inscrever os filhos, sobrinhos, afilhados, que custasse cinco euros por ano. Só mesmo no projeto oficinas desportivas, se conseguissem levar essa proposta avante, mas consideravam à mesma que ia permitir uma maior responsabilização ainda e engrandecer ainda mais o projeto. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 166/2026, relativa à aprovação do novo Regulamento de Projeto Oficinas Desportivas para Crianças e Jovens**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 13 votos a favor (PSD, PS, CDS-PP e PAN), 3 votos contra (CDU e BE) e 3 abstenções (IL e Livre)-----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** referente à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 6 - Apreciação, discussão e votação da proposta número 167/2026, relativa à aprovação do novo Regulamento do Projeto Desporto 18+ e 55+;**-----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Tesoureiro, a pedido do Presidente da Junta.

----- O **Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que nesse trabalho que efetuaram e que levavam nessa proposta número 167, a reflexão e os dados que foram evoluindo e o trabalho que foram fazendo no seio do Executivo e no seio das equipas que acompanhavam esses projetos, detetaram ali algumas necessidades um bocadinho diferentes do projeto anterior. -----

----- Desde logo porque estavam a falar também de uma população diferente. Como o nome indicava, o projeto 18+ era para pessoas com uma idade superior a 18 anos. Portanto, estavam a falar de um segmento da população que era a população em vida ativa e também a população sénior. Também aí, muito bem, havia uma complementaridade em relação desse projeto com o anterior projeto, com públicos diferentes que falaram na proposta anterior. -----

----- Tinham no projeto 18+ essencialmente uma procura por parte dos fregueses. Aí também fizeram aquela evolução que transmitira há pouco, esse era um projeto aberto ao Concelho de Lisboa e nesse momento era em prioridade aos fregueses de Alvalade, o que significava que se houvesse vagas na lista de espera outras pessoas que não da Freguesia se podiam inscrever.-----

----- Tinham essencialmente inscrições no 18+ em disciplinas de atividade física, como a atividade física, como o pilates, como o yoga, como o tai chi e a população que tinham inscrita nessas atividades físicas, nessas disciplinas, era em 99% das situações população sénior. População sénior que dentro da Freguesia e também no âmbito de um projeto destinado à população sénior que se chamava Universidade Briosos de Alvalade, que também tinha disciplinas de atividade física, foram sentindo algumas lacunas.-----

----- A principal lacuna que foram sentindo nesse acompanhamento que faziam, por vezes tinham fregueses em idade de atividade profissional que se inscreviam

administrativamente no 18+, mas que depois se confrontavam no local das aulas com uma população mais sénior nessas aulas, mas além da população mais sénior, naturalmente que as aulas já estavam mais trabalhadas, porque tinham 20, 30 ou 40 pessoas acima dos 55, 60, 65 anos de idade. Naturalmente que os professores acabavam por adaptar essas aulas de atividade física a essa população mais sénior. Quando tinham alguma inscrição administrativa e a pessoa ia experimentar, a pessoa depois não voltava porque não se sentia confortável ou não era aquilo que a pessoa procurava. -----

----- Então, uma das principais alterações que levavam e que era importante, não era o nome do projeto, mas essa proposta nº 167 tinha uma alteração significativa e que era a intenção, a partir de 26, 27, criar efetivamente aulas 18+ e depois aulas 55+. Ou seja, essa proposta levava essa divisão que naturalmente iria obrigar em termos orçamentais a um investimento maior da Junta, mas pareceu fazer todo o sentido, até porque em Alvalade existia cada vez mais uma fatia da população que procurava atividade física, fosse na rua sozinho ou em ginásios e consideraram que fazia sentido essa atualização. -

----- À semelhança do que procuraram uma correspondência entre o Projeto Oficinas Desportivas e o Alvalade em Férias Crianças e Jovens, ali estavam à procura de uma correspondência entre o Projeto 18+ e 55+ e a Universidade Briosos de Alvalade, onde tinham as mesmas disciplinas de atividade física centradas numa população mais sénior.

----- Seria o primeiro ano em que iam fazer essa distinção, em que iriam procurar abranger a população ativa da Freguesia. Tinham que levar essa alteração à Assembleia de Freguesia porque esse regulamento, essa proposta propunha a criação de uma comparticipação anual de 60 euros por modalidade, por disciplina, aplicável apenas aos participantes que não possuíam qualquer vínculo relevante à Freguesia. Portanto, todos os utentes que se inscreviam no Projeto 18+ e 55+ que fossem residentes ou que trabalhassem no território da Freguesia de Alvalade não tinham essa comparticipação anual, mas era uma comparticipação que só se aplicava a quem ia de fora da Freguesia.

----- A correspondência na Universidade Briosos de Alvalade era que tinham esse mesmo formato de inscrição para quem ia de fora da Freguesia na universidade. Também aí foram beber alguma experiência para essa alteração. Tinham na Freguesia 33 mil pessoas, das quais 8 mil eram séniores, pessoas já numa idade de sénior. A universidade tenha cerca de, em média, por ano 400 inscritos e o Projeto 18+ tinha em média 200 pessoas inscritas por ano. Sentiram que havia aí uma componente muito grande ainda para atingir e que pretendiam atingir com essa extensão do 18+, que pedia nas reflexões que se abstraissem um pouco da política e dessem um bocadinho mais de valor ao facto de estarem a trabalhar ali um segmento da oferta diferente, população ativa e não tanto a componente dos preços. -----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Membro Sérgio de Oliveira. -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que isso tudo era política, o preço também era política, o alargamento das atividades também era política. Começava até por perguntar se 60 euros também era um valor simbólico, há bocado eram 5 euros. -----

----- O Senhor Tesoureiro falou de correspondência entre atividades e há pouco falou de correspondência entre as atividades das férias e das oficinas e agora equivalente. A questão era que essa correspondência, eram duas atividades gratuitas, primeiro puseram uma a pagar, agora a outra não podia não estar a pagar, agora tinha que se pôr a pagar. Tudo era justificação para isso num caminho em que se estava a onerar as pessoas de coisas que eram gratuitas, do papel que a Junta tinha, do qual tinha verbas para fazer e tinha feito ao longo dos anos. Isso eram escolhas, eram opções políticas do que se fazia com o dinheiro. Podia-se fazer com o dinheiro atividades gratuitas, inclusivas para toda a gente ou podia-se fazer outras coisas, contratar outros serviços, ou apoiar, eventos privados, etc. Portanto, achavam que isso não era o caminho correto e votariam contra. -

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Presidente da Junta. -----

----- O **Senhor Presidente da Junta** disse que queria só referir e elucidar o Membro Sérgio que esses 60 euros eram para pessoas que não viviam na Freguesia de Alvalade. Na sua opinião, não tinha que ser o Orçamento da Junta de Freguesia a ser onerado para prestar serviços a quem podia ir beber esses serviços na Freguesia onde residia. -----

----- Só lembrar também que nada era gratuito, era um custo de oportunidade, para estarem a fazer esses investimentos deixavam de fazer outros que podiam ser igualmente importantes, era uma escolha desse Executivo. Portanto, tinham que ir priorizando tempo a tempo.-----

----- Dar a informação também que quem não podia pagar, nomeadamente em relação ao ponto anterior, naturalmente tinham formas de isentar essas crianças que não podiam pagar os cinco euros, podiam isentar as famílias que não tinham essa possibilidade. -----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Membro Francisco Costa. -----

----- **Membro Francisco Costa (Livre)** disse que o Senhor Presidente da Junta falou em residentes em Alvalade, o regulamento falava em trabalhadores e estudantes, era só para perceber se quando estavam a falar em fregueses os trabalhadores e estudantes estavam incluídos, ou seja, só pagava quem não tinha nenhuma relação. Era só para clarificar essa questão, ou seja, se tanto quem residia, quem estudava ou trabalhava na Freguesia era considerado freguês. Era isso que tinha ficado intuído. -----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Membro Frederico Lira, para um pedido de esclarecimento. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que era perceber no regulamento se isso estava ou não inscrito, essas insenções, não tinha encontrado.-----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** referiu que pensava ser o regulamento claro sobre isso, a alínea d) referia os outros residentes no Concelho de Lisboa. -----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Presidente da Junta, para dar esclarecimentos. -----

----- O **Senhor Presidente da Junta** disse que era o regulamento das isenções e o Senhor Eleito Lira já foi esclarecido pelo Senhor Eleito do Bloco de Esquerda.-----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 167/2026, relativa à aprovação do novo Regulamento do Projeto Desporto 18+ e 55+**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 15 votos a favor (PSD, PS, CDS-PP, Livre, BE e PAN), 2 votos contra (CDU) e 2 abstenções (IL) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** referente à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Membro Maria João Fonseca, para uma declaração de voto.-----

----- **Membro Maria João da Fonseca (IL)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Os representantes da Iniciativa Liberal abstiveram-se na votação destes dois regulamentos e vou aqui fazer a justificação. -----*

----- *Valorizamos o objetivo de promover a prática desportiva e hábitos de vida saudáveis na Freguesia. No entanto, entendemos que as soluções apresentadas ficam aquém do que consideramos ser o modelo mais justo, equilibrado e respeitador de uma utilização responsável dos recursos públicos. Em particular, consideramos que relativamente à gratuidade, a discriminação a acontecer deverá ser em função da condição social e não da idade. Consideramos que o valor proposto para as oficinas desportivas de cinco euros para crianças e jovens até os 17 anos, inclusive, é manifestamente insuficiente para assegurar um verdadeiro compromisso anual com a atividade. -----*

----- Não se entende que, como objetivo, as crianças e adolescentes paguem 41 céntimos por mês para não faltarem às sessões das oficinas. Claro que consideramos que, face às condições económicas e sociais de quem precisa, elas devem ser isentadas, como já, aliás, disse o Senhor Presidente. Consideramos que a gratuidade promovida para residentes, trabalhadores ou estudantes da Freguesia, que são muitos, temos toda a Cidade Universitária aqui, vai contra os princípios e a política que defendemos, sendo atentatória da justiça social. -----

----- Deixem-me dar um exemplo. A Freguesia, em termos dos séniores, tem apenas 260 fregueses a usufruírem de complemento solidário para idosos, segundo o recente plano municipal para enriquecimento ativo e longevidade. -----

----- Consideramos ainda que existem soluções para a discriminação positiva dos fregueses com fragilidades económicas sem aumentar a burocracia, já que a Junta sabe quem são os recetores dos complementos solidários e outras prestações semelhantes ou outras situações que necessitem de apoio. -----

----- Consideramos ainda que, numa Freguesia com ampla oferta de clubes e associações desportivas, pode não se justificar a concorrência que a Junta vem fazer-lhes, nomeadamente para alguns dos segmentos, pois não se pode alegar aqui que a administração local ou a Junta de Freguesia tem de se substituir à falta de oferta. A Iniciativa Liberal entende que a Junta deve promover estilos de vida saudáveis, mas que deve fazê-los com critérios de responsabilidade, solidariedade e justiça, apoiando quem precisa, mas evitando a gratuidade universal e garantindo que os recursos públicos são utilizados de forma proporcional e bem direcionada. -----

----- Os representantes da Iniciativa Liberal apresentaram e discutiram alguns contributos e propostas de alteração. Não tendo havido tempo útil para que os mesmos pudessem ser incorporados na presente versão dos regulamentos, ficamos com esperanças que esses contributos sejam remetidos para futura oportunidade de revisão e discussão.”-----

----- **Ponto 8 - Apreciação, discussão e votação das atas nº 4 e nº 5 da Assembleia de Freguesia;** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia referiu que já foi incorporada a correção de algumas gralhas que foram em tempo indicadas pelos Senhores Membros da Assembleia de Freguesia. -----

----- Submeteu à votação a **Ata nº 4**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** referente à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação a **Ata nº 5**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** referente à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 9 - Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia;** -----

----- O Senhor Presidente deu a palavra ao Presidente da Junta. -----

----- O Senhor Presidente da Junta disse que no ponto antes da ordem do dia, na primeira sessão dessa Assembleia, já tivera a oportunidade de falar de alguns temas importantes, nomeadamente de segurança rodoviária, mobilidade e outros temas de relevância dos fregueses que tiveram a paciência de se deslocar até essa Assembleia de Freguesia e apresentar os seus temas. No entanto, permitissem fazer ali nota de alguns eventos e de alguns investimentos que foram fazendo ao longo dos últimos meses,

nomeadamente nos espaços verdes, para além do trabalho normal e regular que as equipas dos espaços verdes tinham que fazer ao longo do tempo.-----

----- Essa era uma altura de afinações de redes de rega, de mudança de expressores, de colocação de programadores, de combate contra o vandalismo no espaço público e nomeadamente nos espaços verdes. Fizeram doze investimentos importantes na colocação de rede de rega, fosse no talude do parque canino na Quinta dos Barros, mais um investimento na Quinta dos Barros, que se disse sempre estar ao abandono, mas mais um investimento realizado naquele lado da Freguesia. Também no início da Avenida dos Estados Unidos da América, com a Gago Coutinho. -----

----- Esses doze investimentos da colocação de uma nova rede de rega tiveram um valor que ainda era considerável, tendo em conta o Orçamento da Junta e a verba afeta à divisão de espaço público e equipamentos, nomeadamente 12 mil euros mais IVA. -----

----- Na área da cultura e eventos destacava e saudava o trabalho dos trabalhadores na organização do Arraial de Alvalade e o Vogal Tesoureiro com o pelouro da cultura, que tiveram um grande empenho e foi um grande sucesso. Agradecer em nome do Executivo a todos os trabalhadores na pessoa da técnica superior, da Carla Branco, que teve um papel mais ativo, mas todos os trabalhadores da Junta de Freguesia tiveram uma mão na organização desse arraial. -----

----- Também a equipa da higiene urbana foi fundamental para garantir o sucesso desse evento e permitissem também agradecer ao parceiro, ao Clube de Rugby de São Miguel, bem como à Câmara Municipal de Lisboa, à EGEAC e a outros parceiros que permitiram a organização desse arraial. -----

----- Também tiveram já o Alvalarte, também uma organização do serviço de cultura da equipa da Junta de Freguesia. Tiveram um evento, o primeiro evento do Alvalarte Com Saúde no Campo Grande, que foi um grande sucesso, que envolveram todas as associações, IPSS e farmácias e outros agentes privados ligados à atividade física, que puderam estar presentes nessa feira, que teve uma participação também bastante positiva, com muitas palestras para os mais novos, mas também para os mais velhos. Portanto, agradecer a uma pessoa, o Senhor Vogal Manuel dos Santos essa organização e a equipa dos direitos sociais, que deu um apoio bastante grande para que esse evento fosse também um sucesso. -----

----- Realizaram outros eventos, como a Feira de Alvalade, entre outros no Mercado de Alvalade para potenciar a afluência de mais público, para que os comerciantes e o comércio do Mercado de Alvalade pudessem continuar o prosperar. -----

----- Na área da educação tiveram um reforço de verbas e também um investimento grande, quer à Associação de Pais, quer aos agrupamentos para o Dia da Criança e para a viagem de finalistas do quarto ano das crianças que andavam nas escolas públicas da Freguesia. -----

----- Foram meses importantes, entre abril e maio, na preparação do Alvalade em Férias. Começou há cerca de uma semana e agradecia também o trabalho da área da educação na organização desse grande programa. Era um dos maiores programas a nível organizativo e de responsabilidade, que envolvia naturalmente crianças. Tinham cerca de 600 crianças nesse programa em três turnos e, portanto, também agradecer à técnica superior Ana Almeida em conjunto com a Senhora Vogal Ana Rita. Era um trabalho de organização e depois que envolvia toda a parte administrativa da Junta de Freguesia e todos os serviços na organização desse importante programa, não só para as crianças, mas também para os pais e encarregados de educação. -----

----- Nos direitos sociais permitissem destacar, para além de todo o trabalho que já falara ainda há pouco, quando da apresentação da proposta do Fundo de Emergência Social, que faziam quer com a Comissão Social de Freguesia, quer no Projeto Radar,

quer em todos os atendimentos para a área jurídica, na área do emprego, na área da saúde mental de acompanhamento de pessoas com problemas sociais graves, houve também um acompanhamento e no âmbito do Grupo Comunitário Fonsecas e Calçada da organização da Feira Franca que decorreu de forma bastante positiva esse ano. -----

----- Um nível de organização bastante superior ao que tinham assistido até aí, porque houve efetivamente o maior envolvimento da população residente na Quinta dos Barros e em conjunto com as irmãs conseguiram organizar uma feira franca com bastante dinamismo, com muita participação dos agentes económicos que coabitavam ali na Quinta dos Barros. Também agradecer a participação da Proteção Civil Municipal que teve um stand no local, bem como o Centro Ecológico do Campo Grande, outras instituições que trabalhavam diariamente na área social na Freguesia de Alvalade, bem como cafés e restaurantes, a Farmácia Várzea, que era um player importante e um agente importante junto daquela população da Quinta dos Barros.-----

----- Também na área do comércio local e respondendo ao Senhor Eleito do PAN, que apresentou uma moção sobre beatas, continuavam com o programa Alvalade Sem Beatas a entregar cinzeiros recicláveis ao comércio local da Freguesia, a todos os comerciantes, os novos comerciantes que chegavam à Freguesia, todos aqueles que solicitassem desde que tivessem o licenciamento em dia e nesse sentido também agradecia aos serviços da Junta de Freguesia com a instalação de um novo software que já falaram oportunamente ali na Assembleia de Freguesia. Tinham conseguido de forma mais ágil e de forma mais equitativa cobrar todas as taxas de ocupação do espaço público, medida importante também para dar cumprimento àquilo que iam discutindo todos ali na Assembleia de Freguesia, para dar mais músculo financeiro à Junta e para que pudessem investir na área da educação, na área dos direitos sociais, nos espaços verdes, no desporto, na cultura e em outras matérias. -----

----- Dito isso, colocava-se naturalmente à disposição dos Senhores Eleitos para, na sequência da leitura que fizeram certamente atentos à informação escrita, colocarem as questões que entendessem por bem e no Executivo responderiam de acordo. -----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Membro Maria João da Fonseca.-----

----- **Membro Maria João da Fonseca (IL)** disse que queriam perguntar ao Senhor Presidente, ao Executivo, quais foram as démarches feitas relativamente ao estacionamento e aos problemas de estacionamento na Freguesia, uma vez que já no mandato anterior tinha sido feita uma recomendação e foi feita também no princípio do ano outra. Perguntavam se já foram feitos alguns contactos com a EMEL e com a Câmara e também se havia uma estratégia da Freguesia precisamente para forçar mais face ao estacionamento e para forçar ou apoiar as conversações com a Câmara e com a EMEL. -----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Membro Frederico Lira. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que começando pela higiene urbana e reconhecendo o esforço dos trabalhadores e obviamente o aumento do seu número, continuavam sem compreender, como quase todos, porque continuava tudo tão menos limpo do que poderia estar. Nomeadamente junto ao parque hortícola da Cooperativa Boa Esperança essa recolha de lixo continuava deficiente. Sabiam que era competência da Câmara, mas também a Junta não podia assistir de forma passiva e, portanto, como poderia vir a recair para si a responsabilidade desse lixo depositado, porque obviamente tinham tido cuidado de limpar.-----

----- Portanto, havia ali umas questões genéricas, pegava nesse ponto para generalizar em relação à higiene urbana e, portanto, o que tinha a Junta feito mais, ou o que poderia fazer mais.-----

----- Passando para outro tema, um tema que lhes era querido também, a mobilidade dos passeios e nomeadamente os passeios da calçada portuguesa. Como sabiam, já foram ali aprovadas algumas ideias, nomeadamente a realização de um plano pedonal para a Freguesia. Saber em que estado estava, porque os passeios continuavam muito levantados. Sabia que era um exagero, não em todos os lados, mas quase diria que não tinham mais de vinte metros de passeio consecutivo sem lugares propensos para escorregar, para cair com buracos, etc. Devia ser bastante difícil, tirando algumas partes, nomeadamente ali na Fernando Caldeira, aquele bocado onde estava uma solução mais agradável para caminhar. Portanto não sendo preciso destruir a calçada, mas nomeadamente na calçada, de que forma a Junta podia agir diretamente e obviamente incitando a Câmara a cumprir o que tinha que cumprir.-----

----- Na mobilidade existiam muitos outros casos que poderiam ser equacionados medidas para abordar e já tinha ali sido referido até com as trotinetes nos passeios, etc., mas diria também as motos, diria os carros, diria uma série de outras coisas. Continuavam com vários problemas graves e já se falou também em chamar à atenção, de tentar chamar a responsabilidade dos vários fregueses, mas mais uma vez parecia faltar uma atitude mais proativa.-----

----- Sobre o Mercado de Alvalade, dentro da informação escrita era mencionada a substituição de tampas de esgoto e grelhas de pavimento e claro, ia-lhes à cabeça aquela pergunta de para quando as obras gerais de requalificação, quando estaria pensado. Do que julgavam saber, a concessão com o supermercado estava para terminar ou já estaria até terminada, a Câmara Municipal até tinha assumido um compromisso para fazer um concurso de ideias para a requalificação e a dinamização do mercado. Também se chegou a falar a dada altura que podia ser uma solução para a grave situação do Clube Atlético de Alvalade, a possível falta de equipamento e de infraestrutura para desempenharem as suas atividades e também havia na própria informação escrita a visita para a implementação do posto de saúde em parceria com os serviços sociais.-----

----- Perguntava se essa era a parte importante agora para a Junta, para o Executivo ao nível do mercado, a instalação do posto de saúde, se o resto todo já não estava tão na ordem do dia, nomeadamente a sua renovação e reutilização e voltaria a falar do mercado daí a pouco num ponto mais à frente.-----

----- Em relação ao Bairro das Murtas, sabiam que se tinha feito alguma tentativa para desenvolver iniciativas com a comunidade local, mas pelo que viam na informação escrita dava-se o encerramento de um equipamento, nesse caso um campo de utilização livre. A pergunta era se ia ser renovado, se ia ser restaurado, porque se fez isso assim, como queriam aproveitar aquele espaço e bem sabiam que havia ali uma ideia daquelas extraordinárias para o século XX, passar ali uma semi-autostrada. Nesse momento ainda não estava, saber porque acontecia essa situação, o que poderiam dizer sobre isso.-----

----- Passando aos espaços verdes, foram feitos ou pelo menos estava uma aquisição de serviços de apoio administrativo ao serviço de higiene urbana. Queria isso dizer que não tinham capacidade interna da Junta para essa parte? Qual a razão desse contrato?-----

----- No arvoredo também havendo plantação de novas árvores e como já sabiam gostava muito desse tópico, mas a questão era agradecer o que foi prometido antes dessa sessão ter começado, mais plantação de árvores mais perto da sua janela, ficava muito satisfeito e estaria à espera. Mais seriamente, o que estaria a ser acautelado, como já foi referido noutras Assembleias, que essas árvores iriam sobreviver, principalmente porque foram plantadas, como já discutiram da outra vez, numa altura de imenso calor. Aí mais uma vez diria que continuavam a falhar nessa gestão, mas ficava a pergunta. Também era falada a altura que foram recolhidas árvores que quebraram em vários sítios.-----

----- Uma pergunta que foi levada era também se nos logradouros dos números 20, 22 e 24 dos Estados Unidos existiam alguma dessas árvores, se referia a essa árvore que estava derrubada ou se essa era adicional também e o tempo entre eles estarem derrubados e serem recolhidos. -----

----- Sabia que já foi explicado muitas vezes em relação a algumas partes questões mais técnicas, mas que não se justificavam. Também acabaria por dizer, em frente ao 54 na Avenida da Igreja também havia uma árvore que caiu com a tempestade, estava lá o tronco e já estava péssimo, porque o passeio já estava todo levantado, mas continuava e, portanto, ia-se mantendo e com várias escorregadelas, suas também inclusive.-----

----- Havia uma questão em relação aos apoios atribuídos para os programas de férias, no caso referiam-se ao jardim de infância de São João de Brito, o que valorizavam. A questão era em relação às outras entidades, se também iam ser apoiadas, por exemplo as associações de pais com os CAFs, com as AAFs, se essa possibilidade também foi colocada nas reuniões que tinham vindo a ter com elas. -----

----- Da mesma forma, o Programa de Férias Desportivas que era realizado entre a Freguesia e também o Clube Atlético de Alvalade, se ia realizar, como estava. Não viam nada na informação escrita, o que não queria dizer que não estivesse a acontecer e também, se calhar, não identificavam tudo. -----

----- O apoio financeiro ao Youth Festival, achava que eram referidos 8 mil euros e o espanto era que seria um valor bastante elevado em relação ao tipo de apoios que tinham sido feitos até a alguns dos clubes da Freguesia para a prática desportiva regular, parecia bastante despropositado. Não era por causa da relevância ou não do evento, mas sendo um evento que queria promover uma entidade privada, que tinha todo o direito a promover, em que o equipamento desportivo que o acolhia estava na Freguesia e também já recebia essa entidade apoios relevantes da Câmara Municipal de Lisboa, que apesar de ser um evento desportivo ótimo tinha uma forte componente comercial, o que não tinha mal nenhum, não podia era receber um apoio financeiro do Estado para garantir essa atividade comercial e daí não fazer sentido. -----

----- A pergunta era se não faria mais sentido usar esse apoio para reforçar verbas atribuídas a outros clubes, se aliás na Freguesia e já falaram várias vezes disso, mas também para as oficinas desportivas, em vez de serem cobradas às famílias por muito pouco que fosse. Obviamente era uma questão política, decisões políticas e por isso não as deixavam de nomear ali. -----

----- Também era relevante dizer que em relação a esse festival, Youth Festival, que também havia um apoio não financeiro através da disponibilidade dos trabalhadores de higiene urbana, que também tinha um custo, era mais um custo sobre um custo- -----

----- Em relação a um assunto que foram atingidos todos por eles recentemente, a vaga com as ondas de calor, era onde se demonstrou claramente a necessidade de refúgios climáticos, também já fazia parte do programa da CDU e tinham falado ali várias vezes de garantir caminhos acessíveis, que fossem também protegidos, que fossem ensombreados, que tivessem bebedouros, etc. A verdade era que nessa vaga de calor os refúgios climáticos, por uma questão do risco de prevenção de incêndio, também foram fechados. Era preciso primeiro comunicar melhor, perceber porque isso tinha que ser feito, se calhar tinha que se garantir um outro tipo de segurança, se calhar podia estar um camião de bombeiros numa parte do Parque José Gomes Ferreira para garantir que as pessoas também podiam estar lá e não haver um incêndio. -----

----- Era um acordo que podia ser estabelecido, eram ideias que deixavam, mas também era preciso arranjar outros espaços, porque acabava por ser uma privação da utilização do espaço público, com o condicionamento da vivência das pessoas com maior risco, nomeadamente idosos, etc. Tinham de arranjar outros mercados e era aí que voltava ao

mercado. O mercado era um ótimo sítio, um sítio bem fresquinho, podiam ser desenvolvidas atividades nessas alturas e podia estar disponibilizado também para desenvolver.-----

----- Contudo, importante mesmo era desenvolver uma infraestrutura climática, ou de resiliência climática e isso continuava a faltar bastante e, nomeadamente, vissem quem ia atravessar a Avenida de Roma, na Praça de Alvalade, a falta de sombra nesses atravessamentos e atravessamentos grandes. Obviamente sabiam o que ia dizer, que passavam a ter uns vasos decorativos, no seu entender de fraco gosto, mas que não abordavam o problema estrutural e que era garantir uma passagem, pelo menos quando se aguardava pela mudança de sinal que pudesse estar à sombra. -----

----- Um outro assunto relacionado com essa zona, a Avenida da Igreja, um assunto que realmente também o preocupava um pouco. Tinha havido regularmente, dos que contara, no último ano e meio houve pelo menos cinco abatimentos do piso da Avenida da Igreja. Já não parecia ser só uma questão eventual, era uma questão de um rio subterrâneo, de águas subterrâneas que estavam a escoar, saber o que se passava exatamente. Ou seja, se essas intervenções tinham sido feitas de reparação, se tinha sido feita alguma análise dessa situação. Obviamente que a Câmara tinha uma responsabilidade no eixo estrutural, mas o que estaria a ser garantido que estava a ser feito e garantir a segurança das coisas, porque havia uns que eram no meio da via de rodagem, mas havia outros que eram encostados. Portanto, até que ponto isso podia causar um risco maior para o edificado inclusivo. Além de poder haver um buraco ainda maior e estar a passar um carro ou alguma pessoa a atravessar uma rua, etc.-----

----- Também um esclarecimento em relação ao que era o espaço do Centro Cultural e Recreativo dos Coruchéus, julgava que o projeto nunca mais chegou a ser apresentado. Parecia existir movimentações recentes de terra e, portanto, ali a pergunta mantinha-se um pouco a mesma, porque não um debate maior antes, e se calhar ainda a tempo de poder retificar algumas das coisas. -----

----- Em relação aos balneários, achava que já tinha sido respondido uma vez, mas gostava de perceber se iria ser intervencionado também na mesma intervenção. -----

----- Por fim, apesar de serem vários pontos em relação ao último boletim, já ali foi falado uma vez pelo Sérgio em relação à questão das oficinas desportivas, que o Senhor Presidente de Freguesia referia que era um projeto gratuito que assegurava a continuidade da prática desportiva para além dos horários escolares, era verdade e naquela altura era verdade, o que não era verdade era que a discussão pública do regulamento já tivesse sido aprovada a 14 de maio e o boletim era de abril a junho. Portanto, à data do mesmo já se sabia da intenção de passar-se a pagar as atividades e não parecia correto aquilo, podia ter sido evitado e não era necessário ter feito. Era tirar uma pergunta, não faria mal nenhum e parecia desnecessário.-----

----- Na página 35, no Alvalade Educa também se falava um projeto da Junta de Freguesia para os alunos do jardim de infância e primeiro ciclo de ensino básico, mas no fundo era dirigido para duas das seis escolas da Freguesia. Portanto, era uma maneira de colocar as perguntas. Bem sabia que havia um limite de caracteres, mas também tinha que se ter mais cuidado na forma como se vendia o que estava a ser feito. -----

----- Na aprendizagem de ciências, alunos do primeiro, segundo, terceiro ano do primeiro ciclo, era verdade, mas também havia escolas que o primeiro ano ficava de fora, outras em que o terceiro ano ficava de fora, também já discutiram isso ali outras vezes quando foram apresentados. -----

----- A mesma coisa, parecida, com a robótica e a design graphic, que votaram contra uma das vezes exatamente por elas não irem às escolas todas. O mesmo para a aprendizagem do ciclismo, aí dirigida às crianças do primeiro ao quarto ano do primeiro

ciclo das escolas públicas de Alvalade, também não era completamente correto. O projeto chegava a todas as crianças, mas não era verdade que fosse todo dinamizado pela Junta, porque a partir de certa altura a Câmara também se juntou e bem, achavam muito bem. -----

----- Também gostavam de ter visto nessa parte da educação, no boletim, era a situação das obras de requalificação da Escola Almirante Gago Coutinho e da Eugénio dos Santos, porque era mencionada na informação escrita a reunião com o Vereador e, portanto, era importante se calhar nesse ponto de situação no boletim, no órgão de maior distribuição que tinham na Freguesia, nomeadamente quando tinham tema de capa que era a própria educação. -----

----- Recordando também o compromisso que foi assumido, por exemplo, com a representante da Associação de Pais da Gago Coutinho na reunião descentralizada em Alvalade, onde se afirmou que estava previsto lançar o concurso para o projeto de concessão de requalificação da escola em abril, para em outubro dar início ao processo e em 2028 lançar o concurso de empreitada. Esperava que estivesse a ser feito e que apenas não estivesse a par. -----

----- Em relação à carreira do bairro chegar às escolas, nessa mesma reunião que estava a referir, a reunião descentralizada, o Vice-Presidente referiu que não deveria ser possível. Já falaram ali da carreira do bairro, continuavam a achar que a carreira de bairro precisava chegar a mais sítios, à Gago Coutinho, etc. Portanto, também aí continuavam com esse tópico. -----

----- Havia um outro assunto que também lhes era querido e que tinha sido levantado em várias das conversas com a comunidade educativa, nomeadamente as escolas, que era o regresso do projeto da música da Orquestra Didática. Já tinham denunciado ali o término do projeto, na altura o Presidente respondeu que tinha sido por vontade da comunidade educativa, coordenadores da escola e que não era uma questão financeira. Voltaram a falar com alguns representantes dos pais, alguns coordenadores das escolas, que confirmaram que gostariam de voltar a ter o projeto. O fornecedor era pouco relevante, mas era preciso haver uma clareza e honestidade no que fosse dito, porque claramente era diferente uma coisa dita num sítio e quando dita no outro. -----

----- Não era dito também nada igualmente sobre a manutenção e conservação das escolas. Esse também era um tema que ia mencionado na informação escrita, curiosamente, a escola de onde chegou o relato de problemas com a falta de manutenção era a Escola Básica dos Coruchéus e nesse caso o PCP, o Vereador eleito pela CDU, fez um requerimento na Câmara Municipal de Lisboa, mas essa escola não estava identificada na informação escrita. -----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Membro Francisco Costa. -----

----- **Membro Francisco Costa (Livre)** disse que devia confessar que a sua primeira desilusão com essa informação escrita era o ponto da mobilidade, de se reduzir apenas a uma frase críptica, em que dizia que era feito um ponto de situação com o DMM sobre diversos pedidos encaminhados à Junta de Freguesia relativos à colocação de sinalização vertical, alteração de sinalização existente, projetos de acalmia de tráfego, no âmbito da política de segurança rodoviária. Das duas uma, ou em dois meses não aconteceu nada, ou isso era a formulação mais críptica de uma informação escrita que podiam fazer. Isso não dizia nada daquilo que avançou e, portanto, ia ali pedir encarecidamente que dissessem exatamente em que ponto estavam. -----

----- Entretanto, nesses dois meses foi publicado o diagnóstico do plano de mobilidade urbana sustentável da Cidade de Lisboa e dizia que na Freguesia, vias com sinistros rodoviários com vítimas, tinham a Avenida de Roma com 10, dados de 2024 entre janeiro e outubro, portanto, provisórios. A Avenida de Roma com 10, a Avenida do

Brasil com 11, a Gago Coutinho com 12, as Forças Armadas com 16 e o Campo Grande com 21. Tinham de agir e agir rápido, havia muitos sinistros com vítimas no território da Freguesia. -----

----- Portanto, exigia-se mais de informação escrita, exigia-se mais ação, o reporte de mais ação, para de uma vez por todas acabarem com a sinistralidade grave que provocava vítimas na Freguesia e esse era o primeiro ponto que gostaria de deixar bem claro e perguntar se podiam dar mais detalhes sobre essa reunião que houve e sobre o que pensavam fazer nos próximos meses para que deixassem de ter sinistros com vítimas na Freguesia. Tinham aprovado ali inúmeras recomendações à Junta de Freguesia nesse sentido. -----

----- Depois, outro tema desaparecido da informação escrita, que era o Mercado de Alvalade, sobre a compensação da Câmara. Foi perguntado há pouco pelo Frederico da concessão, se tinham novidades desse ponto de vista, se ia haver nova concessão, se a Junta ia receber uma compensação maior pela perda do parque de Alvalade. Nesses dois meses deixou de haver informação dos lugares vagos naquele dístico do parque porque ele estava sempre mais de metade vazio e, portanto, notava-se que era um investimento que foi piorar o estacionamento na Freguesia e não melhorar. Queria mais informação, se houvesse, sobre esse tema. -----

----- Havia uma menção também um pouco crítica sobre uma reunião com o Vereador da educação sobre as manutenções e delegações de competências. Queria saber, porque na informação escrita anterior havia reporte de vários danos das tempestades nas escolas, se estavam a ser planeadas intervenções e em que escolas. Sabiam que a Gago Coutinho precisava de obras urgentemente há anos e, portanto, para perceber se alguma coisa se avançou nesse ponto das escolas. -----

----- Depois uma curiosidade, tiveram uma queixa de um Membro da Assembleia de Freguesia por causa do tratamento de dados pessoais. Os Membros da Assembleia não foram informados desse facto e gostava de saber e também perguntar, adiantando, se já tinham um meio para se contactarem uns aos outros para discutir e alinhar pontos para essa Assembleia de Freguesia que pudessem ser disponibilizados, para que pudessem comunicar e alinhar posições e preparar essas Assembleias da melhor forma e no melhor interesse dos munícipes. -----

----- O diálogo era uma forma de fazer política e, portanto, dentro e fora das Assembleias era essencial ter esses meios de interação entre os eleitos. Também havia ali uma questão de RGPD que, no âmbito de um olhar mais cuidado, era nomeado um processo em que estava o nome integral da pessoa. Só queria alertar e tentar perceber se isso era ou não um problema de RGPD, porque era nomeado um processo que a Junta tinha e com o nome completo da pessoa. Não sabia se isso poderia ser ou não um problema em termos de RGPD, era só para alertar isso. -----

----- Também uma reunião com a Direção Municipal de Urbanismo sobre o projeto de reabilitação do edifício da Associação de Moradores de Campo Grande. Era uma reaivindicação grande dessa associação e queria saber se podiam dar mais detalhes. Sabiam que era uma questão urbanística sensível, mas se pudessem dar mais detalhes dessa reunião. -----

----- Também, depois de aprovada a moção, se o Vogal Miguel Henriques tinha novidades sobre a comunidade de energia e se havia projetos de ampliação de painéis solares na Freguesia, fosse no mercado ou noutros, se podia dar mais detalhes sobre isso. -----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Membro Filipe Soares da Silva. -----

----- **Membro Filipe Soares da Silva (PS)** disse que a informação escrita não fazia referência a uma matéria que se tornou, nas últimas semanas, objeto de preocupação

pública, os efeitos do sistema de depósito e reembolso de embalagens de bebidas mais conhecido por Volta, em vigor desde 10 de abril, sobre a higiene urbana na cidade.-----

----- Não estavam perante um boato de redes sociais. A 10 de julho a própria Câmara Municipal de Lisboa reconheceu ter registo de vários episódios, em diferentes zonas da cidade, de contentores e papeleiras remexidas ou despejados na via pública por pessoas que procuravam embalagens para obter o reembolso de 10 cêntimos e os Presidentes da Junta de Freguesia de Misericórdia, Santo António e Arroios vieram descrever publicamente um agravamento da sujidade nas respetivas Freguesias. -----

----- Sendo a limpeza dos espaços públicos executada por essa Junta e suportada pelo seu orçamento, importava saber o que se passava em Alvalade. Perguntava, pois, se tinha a Junta registo de ocorrências desse tipo na Freguesia, se era possível quantificar a evolução desde 10 de abril, ainda por comparação com o igual período de anos anteriores, se houve aumento de reclamações de moradores e comerciantes por parte do mesmo, se esse fenómeno traduziu-se, eventualmente, em alguns custos acrescidos para a Junta, se foi colocada à Câmara Municipal ou à SDR Portugal, entidade gestora do sistema, alguma questão sobre as consequências também na Freguesia ou no concelho e se estava previsto para Alvalade a instalação de pontos de recolha de proximidade, designadamente quiosques Volta, que permitissem a entrega das embalagens sem passar pelo contentor de resíduos indiferenciados. -----

----- Por fim, uma nota que lhe parecia incontornável. Os relatos apontavam para pessoas em situação de vulnerabilidade económica e complementar com rendimentos dessa forma. Até no seguimento daquilo que foi aprovado do Fundo de Emergência da Freguesia, saber se faria ou não sentido fazerem essa questão. -----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Presidente da Junta. -----

----- O **Senhor Presidente da Junta** disse que sobre o programa Volta não tinham prova de que esse programa pudesse ter aumentado a sujidade na Freguesia, era difícil de quantificar. Imaginava que os seus colegas de Freguesias com densidade populacional mais relevante por metro quadrado, ou por quilómetro quadrado nesse caso, fosse uma realidade, mas ali não tinham notado. Havia os problemas de sempre, fosse por causa da falta de acondicionamento do lixo por parte dos fregueses, fosse também pelas questões atmosféricas, ou nesse caso do vento. Por vezes tinham essas situações de lixo espalhado na Freguesia e também quando a recolha da Câmara Municipal, o cuidado dos funcionários da autarquia era muito pouco, muitas vezes o lixo caía dos contentores quando estavam a colocar dentro do camião e seguia caminho porque os colegas da Junta iriam recolher no dia seguinte. Nesses casos sim, era uma realidade e já assistira várias vezes. Portanto, era a única informação e não tinha dados concretos sobre isso, era uma realidade empírica que ia vendo no local. -----

----- Quanto ao projeto Volta, não conseguia medir essas consequências, nem tão pouco os trabalhadores tinham reportado essa situação. -----

----- Quanto aos quiosques, tinham os quiosques que eram colocados maioritariamente nos supermercados e nos hipermercados da Freguesia e não pensavam colocar, ou não tinham essa informação do Ministério do Ambiente para a colocação no espaço público de outros quiosques. -----

----- Efetivamente, em relação à situação de pessoas em situação de sem abrigo, tinham notado, achava que era transversal a todas as Freguesias, um aumento considerável de pessoas nessa situação de sem abrigo, o que tinha sido uma dificuldade para os serviços de ação social. Não tinham competência nessa matéria, tinham competência sim de sinalizar às entidades que eram responsáveis por esse programa, nomeadamente a Câmara Municipal de Lisboa e depois a todas as IPSS e associações com quem trabalhavam, fosse a Comunidade de Vida e Paz, fossem outras que atuavam nessa

matéria, mas era uma situação que naturalmente estava a causar preocupação, causava desconforto aos fregueses e, portanto, era uma situação que estavam a acompanhar e a trabalhar com o Município de Lisboa, mas também com a Polícia Municipal e com a Polícia de Segurança Pública nessa matéria e com os parceiros naturais nesse âmbito, fosse a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o Projeto Radar como um todo para o apoio de respostas a essas situações. -----

----- Quanto ao estacionamento e às démarches que tinham realizado para aumentar o estacionamento em espaço público. Essa intervenção em espaço público era uma competência da Câmara Municipal de Lisboa, intervenções algo custosas para o Orçamento da Junta e, portanto, a ambição era colocar nos contratos de delegação de competências do mandato com o Município de Lisboa, porque não só era uma competência da Câmara e, portanto, fazia todo o sentido que fosse através dos contratos de delegação de competências. Estavam a preparar os projetos para as várias zonas da Freguesia, para que quando houvesse negociação do novo contrato de delegação de competências de mandato pudessem apresentar ao Município. -----

----- Paralelamente, tinham vindo a trabalhar com o Município de Lisboa no incremento de zonas para residentes no período noturno. Ainda no dia anterior foi implementada mais uma zona ali na Rua Flores de Lima, numa segunda tranche, que a primeira já tinha sido realizada em frente ao Bar Templários, a pedido de moradores e na sequência de uma petição. Fizeram essa proposta ao Município, o que foi aceite e a EMEL já implementou essa zona para moradores entre as 19 e as 9 horas do dia seguinte.-----

----- Também na Avenida Rio de Janeiro, entre o Largo Frei Heitor Pinto e a Avenida Estados Unidos da América, seria implementada uma zona de moradores entre as 19 e as 9 horas da manhã, na sequência também de petições e de várias reclamações que tinham chegado à Junta de Freguesia, em virtude da elevada ocupação do estádio do Inatel. Era verdade que a Fundação Inatel, durante esses largos meses em que partilharam essas preocupações, esse abaixo-assinado se assim o quisessem chamar, da população moradora ali em frente ao estádio 1º de Maio, nada foi feito, nem a demonstração de vontade de resolver um problema, de criar estacionamento no interior para os utentes do Inatel. Portanto, também já deram parecer positivo à Direção Municipal de Mobilidade e em breve a EMEL iria implementar essa medida. -----

----- Tinham vindo a fazer essa avaliação num âmbito mais global, não caso a caso, mas iam solicitando caso a caso nas situações mais prementes. -----

----- Quanto ao Mercado de Alvalade, obviamente a renovação era premente e não havia mais interessados do que o Executivo que essa reabilitação do Mercado de Alvalade fosse uma realidade, porque os custos de manutenção cada vez eram mais elevados, fosse nas câmaras frigoríficas, fosse nas máquinas de gelo, nos compressores, na manutenção corrente do mercado. Portanto, era uma situação urgentíssima. -----

----- Já trabalharam em vários projetos com a Câmara Municipal de Lisboa. Era um tema que estava na dependência da Direção Municipal do Património para lançar o concurso ao direito de superfície, ainda não percebia a modalidade direito de superfície, se era a concessão do supermercado para que as obras pudessem ir dentro desse concurso e a reabilitação fosse uma realidade. Não era só uma questão de imagem do mercado, era uma questão de necessidade porque as infraestruturas estavam mesmo a necessitar. -----

----- Quanto ao Bairro das Murtas e ao campo de jogos, essa infraestrutura tinha vindo a ser vandalizada de tempo para tempo. Frequentemente com a ação social, com a Santa Casa, com a Gebalis, com a Polícia de Segurança Pública faziam visitas ao bairro e era isso que tinha explicado, enquanto não lhe garantissem que não estragavam aquilo que investiam não havia investimento ali. Portanto, a população tinha essa consciência,

havia esse compromisso, a partir do momento de demonstrarem que investir ali fazia todo o sentido voltariam naturalmente a investir. O que não podia acontecer era estarem constantemente a reabilitar aquele espaço, a gastar dinheiro público e o vandalismo era uma constante, não só o vandalismo com a infraestrutura, mas mesmo espalharem caixotes de lixo e sobrecarregarem as equipas de higiene urbana quase diariamente. -----

----- No verão as crianças, os jovens adultos. invadiam o posto de higiene urbana, uma série de valências e os moradores tinham consciência disso. As conversas eram muito abertas, tinham essa consciência, mas enquanto não disciplinassem as suas crianças e os seus jovens esse investimento não podia ser uma realidade. Caso contrário, o custo de oportunidade era bastante elevado para durar muito pouco tempo. Não estava a dizer que não era importante, mas enquanto não houvesse essa capacidade e esse compromisso por parte dos moradores esse investimento não poderia ser realizado. -----

----- De qualquer maneira, o trabalho de proximidade tinha sido realizado, não queriam deixar ninguém para trás. Tinha vindo a fazer um investimento nas escolas ali mais perto do Bairro das Murtas, para que houvesse uma maior integração. O Projeto Flamengo era um exemplo disso e, portanto, tinham vindo a trabalhar nessa matéria e lá chegariam ao campo de jogos para um dia poderem fazer esse investimento e que esse campo fosse mantido da forma correta por parte dos utilizadores. -----

----- Quanto aos espaços verdes, efetivamente tinha havido um reforço na plantação. A Câmara Municipal, tal como já referira, fez a plantação das 66 caldeiras vazias, algumas tinham cepos, outras não, foram retiradas, foram plantadas e estavam a ser regadas, ou pelos bombeiros voluntários da Cidade de Lisboa ou pela empresa que foi contratada para dar resposta a essas situações, onde naturalmente os bombeiros voluntários não conseguiam chegar. -----

----- Quanto às árvores plantadas pela Junta de Freguesia, cerca de 40 estavam a ser regadas pelas empresas que faziam a manutenção dos espaços verdes. -----

----- Quanto ao Parque José Gomes Ferreira e à declaração da situação de alerta, era obrigatório o seu encerramento, fosse com bombeiros à porta ou não. A partir do momento que o Governo decretava estado de alerta, os espaços florestais tinham de ser encerrados. O Parque José Gomes Ferreira, a Mata de Alvalade estava classificada no PDM como espaço florestal, bem ou mal tinha que ser encerrada, era essa a obrigação, era isso que estava na Lei e a obrigação era cumprir a Lei. Podiam ou não discordar se aquilo devia ser considerado um espaço florestal, mas era essa a classificação que nesse momento o Parque José Gomes Ferreira tinha. -----

----- Havia outros espaços que podiam ser utilizados durante esses períodos, nomeadamente o Jardim do Campo Grande, que era o sítio ideal também como refúgio climático ou, como quisessem chamar, espaço jardim agradável para passar os períodos de maior calor. -----

----- Quanto aos abatimentos que tinham verificado na Avenida da Igreja, como viram, começou no início junto ao Campo Grande, foi uma conduta de saneamento toda recuperada, nessa continuação houve mais um abatimento. Isso refletia anos e anos de falta de investimento nas infraestruturas da Cidade de Lisboa, nomeadamente na área do saneamento e, portanto, nesse sentido tinha havido esses abatimentos. Não era responsabilidade da Junta de Freguesia e tinham sinalizado ao Município de Lisboa, porque eram os primeiros a tratar essas situações e a Câmara vinha a responder a essas solicitações, mas efetivamente eram demasiados abatimentos em tão pouco espaço de tempo, o que demonstrava que o saneamento, pelo menos nessa zona da cidade, precisava talvez de uma substituição quase integral, mas isso custava milhares de euros ou milhões de euros e, portanto, não acreditava que uma substituição integral fosse realizada. -----

----- Relativamente aos Coruchéus, a obra já se iniciou finalmente, depois de várias alterações de projeto e de adaptação, não só ao terreno como na sequência de reuniões com moradores. Foram adaptando algum do espaço envolvente e a implantação dos dois edifícios para repor o edifício que ardeu e que era propriedade da Junta de Freguesia. Essa obra já começou, as instalações dos balneários dos Coruchéus, já foi retirado o amianto que havia na cobertura e, portanto, a obra continuava a garantir a segurança daquelas instalações com o retirar do amianto para a reconstrução em madeira das duas novas infraestruturas. -----

----- Relembra que houve uma auscultação da população da zona há cerca de dois anos, o que queriam ver naquele espaço e lembrava que as duas maiores votações foram primeiro o centro intergeracional, crianças e idosos, e segunda os espaços verdes. Iam tentar complementar essas duas, repor o edifício que lá existia, não para a utilização do Centro Cultural e Recreativo dos Coruchéus, que ia manter o balneário e que seria a seu tempo, não nessa primeira fase, requalificado para dar apoio ao campo de ténis, mas seria para um equipamento para a Associação de Sêniores de Lisboa e a outra, pelo menos era essa a intenção, para os escuteiros que estavam nesse momento na Moniz Barreto. Portanto, dar ali uma utilização para os jovens e para os menos jovens. -----

----- Na área da educação, nas várias referências que fez ao Alvalade e Educa, só estava a ser implementada em duas escolas, porque foram essas associações de pais que tiveram interesse em aderir ao projeto. Como sabiam, isso foi um complemento às AAAs e aos CAFs da Câmara Municipal de Lisboa e, devido ao seu subfinanciamento, fizeram esse programa tripartido entre associação de pais, Juntas de Freguesia e os agrupamentos de escolas. -----

----- Relativamente à escola dos Coruchéus e da manutenção, essa escola sofreu obras há relativamente pouco tempo. A Junta de Freguesia tinha vindo a realizar a manutenção corrente. Teriam uma visita em breve, se não estava em erro quinta-feira, uma visita técnica com o Município de Lisboa. Muitas das manutenções reclamadas, e não estava a dizer que não eram justas, pela direção da escola ou pela coordenação da escola referiam-se a situações que tinham a ver com o projeto de arquitetura e que estavam mal concecionadas. -----

----- Eram obras na vertente mais estrutural e que não cabiam à Junta de Freguesia, acompanhariam a visita para que essa questão ficasse clara e não haver interpretações erradas do Município de Lisboa. Era um problema de arquitetura, tinha que ser resolvido pelo Município de Lisboa, se não era operacional deveria ser. -----

----- Lembrar também que as escolas, como os Senhores Eleitos sabiam e o Senhor Eleito Francisco deveria saber, a Escola Gago Coutinho e Eugénio dos Santos estavam no universo municipal, as obras e a manutenção corrente não eram da Junta de Freguesia, era da Câmara Municipal de Lisboa. Obviamente, tinham essa preocupação, já foi até perguntado e respondido pelo Senhor Eleito Lira, qual a intenção da Câmara, nomeadamente no desenvolvimento de projetos e lançar a empreitada em 2028. Portanto, esperavam que isso viesse a acontecer efetivamente, porque essas escolas precisavam de uma grande intervenção. -----

----- Diria também que a Freguesia de Alvalade era uma Freguesia que já teve a maioria das suas escolas requalificadas e isso era um ponto positivo. Faltavam essas duas que necessitavam de muita intervenção e esperava que o Município de Lisboa, em conjunto com o Ministério da Educação, pudesse efetivamente avançar com essa requalificação. -

----- Quanto ao espaço público e aos passeios, a Câmara Municipal já insistiu e estava a desenvolver os projetos para fazer passeios confortáveis no âmbito de pessoas com mobilidade reduzida e já fez algumas ações com técnicos do gabinete da Senhora Vereadora e dos vários departamentos da Câmara que atuavam no espaço público, no

sentido de colocar passeios confortáveis em parte da Avenida da Igreja, na Avenida Rio de Janeiro e em parte da Avenida de Roma. -----

----- Era uma intervenção piloto que iriam iniciar na Freguesia de Alvalade, nomeadamente na Câmara Municipal de Lisboa. Veriam se depois poderia ser estendido e ter uma maior cobertura na Freguesia. Esse projeto estava planeado iniciar-se a obra em setembro ou outubro, veriam se seria possível, esperavam que sim. Ainda não tinha visto o projeto, também ainda não estava pronto, a ser desenvolvido pelo Município e pelos técnicos do Município de Lisboa. -----

----- Relativamente à carreira de bairro, a alteração permitiu passar em mais escolas. ----

----- Quanto ao Projeto Amarelo, não estavam confiantes na sua implementação, pelo menos para já. O financiamento que a Câmara Municipal de Lisboa dava para o número de assistentes operacionais e para acompanhar as crianças, no entender da Junta o projeto estava subfinanciado e, portanto, enquanto não fossem verbas justas para a implementação do projeto não seria o Orçamento da Junta de Freguesia a suportar esse custo. Portanto, queriam muito implementar, mas desde que o projeto tivesse um financiamento adequado às necessidades desse mesmo projeto.-----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Tesoureiro, a pedido do Presidente da Junta.

----- O **Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que, em relação às questões ali colocadas no âmbito do desporto, o Clube Atlético de Alvalade era um clube dos mais relevantes da Freguesia.-----

----- Dar nota que continuava a bom ritmo o trabalho de implementação, porque a decisão já estava consumada de implementação das novas instalações, fosse da componente desportiva, fosse o pavilhão, fosse da sua sede no Complexo Desportivo Municipal São João de Brito, trabalho que estava a ser feito em colaboração em particular com o clube, a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Alvalade. -----

----- Em relação ao programa de férias do Clube Atlético de Alvalade, a proposta que chegou esse ano era um pouco diferente e ia de encontro à política de desporto que tinham vindo a implementar nos últimos anos, que era focar na formação e na competição e não só em programas de férias propriamente ditos. Chegou uma digressão da ginástica para um campeonato da Europa na Grécia, o qual decidiram apoiar e que estava em curso. -----

----- Dar nota também, porque não era ali focado e deviam também focar naturalmente aquilo que os Senhores não conheciam e que merecia ser focado, fizeram um apoio pontual também para o desporto de competição, nesse caso na modalidade ciclismo de pista com os Coelhinhos, que durante a época desportiva 25-26 foram várias vezes competir, nomeadamente ao velódromo em Sangalhos e com importantes resultados e com o apoio da Junta, apoio financeiro pontual além dos apoios regulares. -----

----- Nessa mesma política de desporto de incentivo à presença em provas nacionais e internacionais, tiveram esse fim de semana, com o apoio da Junta de Freguesia, o Estrelas São João de Brito que se sagrou bicampeão nacional de xadrez, que não deixava naturalmente de ter relevo como nesse momento o clube mais importante do país na prática da modalidade de xadrez em termos de competição. -----

----- Isso levava naturalmente ao comentário, foi mais um comentário, pelo menos entendera assim, sobre a razão do apoio de cerca de 8 mil euros ao festival de Râguebi promovido por uma entidade privada no Estádio Universitário, esse festival ia na sua 13ª ou 14ª edição e também aí deram continuidade ao trabalho e ao apoio que a Junta de Freguesia sempre deu e que efetivamente tinha vindo a aumentar.-----

----- O ano de 2026 foi o ano em que o apoio foi em maior montante porque se tratava somente do primeiro evento desportivo e cultural realizado no território da Freguesia de

Alvalade em número de pessoas praticantes ou que visitavam o espaço. Só em número de atletas estavam a falar de cerca de três mil atletas, cerca de uma centena de equipas, fora os visitantes que andavam na ordem das cerca de sete mil pessoas durante aqueles dois dias, um fim de semana. Dizer que era o primeiro evento em termos quantitativos realizados no desporto na Freguesia e era o segundo maior da cidade, a seguir à meia-maratona de Lisboa. Portanto, uma das políticas do desporto era efetivamente levar esses eventos, fosse no desporto, na cultura, na economia ou noutras áreas ou setores de atividade, levar para a Freguesia. Estavam muito confortáveis de fazer esse apoio sempre que pudessem levar esses eventos para Freguesia. -----

----- Dar também nota que a modalidade desse festival, que era o râguebi, tinha no território da Freguesia dois clubes de relevo no panorama nacional, sendo que o Clube Desportivo Universitário de Lisboa era só o clube mais titulado do país e, sem comparação, o mais titulado naturalmente na Freguesia. Negociaram na inscrição das diferentes equipas do CDUL e do Clube de Rugby de São Miguel, os dois clubes da Freguesia, a total isenção de custos para esses dois clubes participarem nesse torneio, o que aconteceu. -----

----- Não era por causa desse apoio a esse evento que deixava de haver a atribuição de outros apoios, fosse na área do desporto, fosse noutras áreas, nomeadamente na cultura, na educação ou nos direitos sociais, mas cingindo só ao desporto nunca tiveram um ano como estavam a ter o de 2026, em que os apoios regulares tinham sido tão aprimorados. Nesse momento podia dizer que todos os apoios regulares de cerca de 30 entidades desportivas registadas na base de dados da Junta de Freguesia, todos os clubes que solicitaram apoio regular e que preencheram os requisitos dessa mesma solicitação o apoio foi atribuído, consoante aquilo que o regulamento determinava. Portanto, não era uma avaliação subjetiva, também já falaram disso ali. -----

----- Tudo o que estava para trás também com algumas lacunas por parte dos clubes, conseguiram encontrar plataformas de ajuda aos clubes para fazerem chegar a informação que estava em falta e corrigiram também todos os valores que estavam para trás. Portanto, diria que um evento privado não impedia a atribuição de todos os outros apoios aos clubes da Freguesia. -----

----- Dar nota também que além desses apoios regulares adicionaram os apoios pontuais para a competição de formação, apoios pontuais para a competição em campeonatos nacionais ou Taça de Portugal, apoios pontuais para a digressão a campeonatos da Europa, campeonatos do mundo e esperavam um dia poder dizer também jogos olímpicos de clubes da Freguesia. Por exemplo na modalidade ginástica tinham a possibilidade de ter atletas com performances a esse nível através do Clube Atlético de Alvalade, sem qualquer desprestígio para os restantes. -----

----- Apoios regulares, apoios pontuais, eram dois eixos principais da política de desporto da Freguesia. O terceiro, se lembrassem, as forças políticas que votaram contra e que se abstiveram no projeto de oficinas desportivas e no 18+ e 55+ tiveram posições claramente opostas, claramente de um lado e do outro. Ou seja, ficavam com a sensação de que se uns estivessem ali não haveria qualquer possibilidade de executar projetos intermédios como se focaram e se esforçavam a fazer. -----

----- Os apoios regulares, os apoios pontuais e os apoios aos eventos privados eram também num quarto eixo de política desportiva, continuavam com os projetos destinados à comunidade, como o 18+, como as oficinas desportivas e como o 55+. -----

----- Disse que ao sentarem-se encontraram a nota de uma exposição que existia no Mercado de Alvalade. Faziam um trabalho muito grande todos os fins de semana e dias de semana de levar atividade além da atividade comercial do mercado. Estavam a decorrer nesse momento duas exposições no Mercado de Alvalade, uma ia ser

inaugurada, uma na parede expositora, a outra nos corredores ou em alguns corredores. Essa última ia ser inaugurada na próxima sexta-feira às 11 horas e ficavam desde já convidados. -----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Membro Laura Lopes, para um pedido de esclarecimento. -----

----- **Membro Laura Lopes (BE)** disse que queria só dar uma nota, que na altura em que o Parque José Gomes Ferreira estava fechado por causa da onda de calor nem todas as entradas foram fechadas condignamente, visto que o seu marido, que não fazia ideia que esse parque estaria fechado e que ia de bicicleta deixar a filha à escola, conseguiu entrar, passar pelo parque e depois chegou à outra porta e essa sim estava fechada. Não sabia se ouve ali um lapso em algum dos dias, em alguma das entradas, mas isso aconteceu. -----

----- Em relação à moção apresentada pelo Bloco de Esquerda sobre os jacarandás, lembrava-se que o Senhor Presidente da Junta reagiu no momento, dizendo que não eram quatro, mas cinco exemplares que já tinham sido transplantados e adorava ter novidades sobre isso, visto que em termos de informação pública sobre intervenções no arvoredo da Câmara Municipal de Lisboa a única coisa que conseguia ver era que lhe pareciam ser apenas quatro. Havia um quinto bastante perto, mas já na Freguesia de São Domingos de Benfica, na Rua Melvin Jones. -----

----- Para além disso, só aparecia no site da Câmara Municipal de Lisboa que essa fase foi terminada. Portanto, se tivessem mais alguma informação sobre isso e onde eles foram parar. Não ia dizer os números outra vez, apostava que todos se lembravam bem dos números identificativos desses quatro jacarandás. Agradecia esclarecimento em relação a isso. -----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Presidente da Junta, para dar esclarecimentos. -----

----- O **Senhor Presidente da Junta** disse que foram cinco jacarandás transplantados nessa última leva, dois no Bairro de São Miguel, três na Quinta dos Barros. Estavam planeados dez, mas em virtude dos danos nos espaços verdes serem muitos para a plantação desses jacarandás tinha solicitado ao Senhor Presidente da Câmara e à Senhora Vereadora que não queria mais nenhum jacarandá em nenhum espaço verde da Freguesia. Rebentavam redes de rega, os danos de manutenção e o custo de manutenção para a Junta de Freguesia eram de sobremaneira elevados e, portanto, no território não queria mais nenhum jacarandá transplantado aos espaços verdes. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** constatando não haver mais intervenções, deu por encerrada a reunião. Eram zero horas e vinte e cinco minutos do dia quinze de julho. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO _____ 2º.SECRETÁRIO _____ -
-----O PRESIDENTE-----